

“Aceleração do tempo” no século XIX em Desterro (SC): de capital de província a capital de estado*

*“Time Acceleration” in the 19th Century in Desterro (SC):
From Provincial Capital to State Capital*

Hoyêdo Nunes Lins**

Resumo: O artigo se ocupa de algumas transformações ocorridas na capital de Santa Catarina entre a Independência do Brasil e o período após a Proclamação da República. Sua base é pesquisa bibliográfica e em fontes históricas, e o interesse principal são as mudanças no espaço local em trajetória que permitiria falar de “aceleração do tempo”. Depois de assinalar o sentido atribuído a essa expressão, ressaltam-se o caráter rarefeito da presença humana na área de estudo no período da Independência e as alterações nas décadas seguintes notadamente com respeito a infraestrutura urbana, intervenções no espaço construído e educação e cultura, assim como os desafios em comunicações terrestres, na capital e fora dela. A análise desses aspectos é ampliada com referências ao envolvimento de Santa Catarina na participação brasileira em exposições universais daquele período, na Europa e nos Estados Unidos, e aos intensos reflexos produzidos localmente pelos primeiros passos da vida republicana.

Palavras-chave: Santa Catarina. Século XIX. Mudanças socioespaciais. “Aceleração do tempo”.

Abstract: The article looks at some changes observed in the capital of Santa Catarina from the Independence of Brazil to the period after the Proclamation

* Submissão: 31/03/2023 | Aprovação: 06/12/2023 | DOI: 10.29182/hehe.v27i1.918

** Professor titular aposentado em serviço voluntário junto ao Programa de Pós-Graduação em Economia e ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil | ORCID: 0000-0001-7438-2951 | E-mail: hnlins55@gmail.com



of the Republic. Based on bibliographic and documentary research, it focuses on the transformation of the local space in a path that evokes the idea of “acceleration of time”, the meaning of which is presented in the first section. Next the article addresses, for a space then sparsely occupied, some changes promoted by public initiatives mainly concerning urban infrastructure, built space, education and culture, and also the challenging problems of terrestrial communications. Indications about Santa Catarina’s involvement in the participation of Brazil in the universal exhibitions held in Europe and the United States, as much as about the dramatic consequences in Santa Catarina of the political problems witnessed in the beginning of the Brazilian republican regime, expand the approach in terms of “acceleration of time”.

Keywords: Santa Catarina. 19th century. Socio-spatial changes. “Acceleration of time”.

JEL: N96.

Introdução

Efemérides, especialmente com o significado das comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil, não raramente ensejam investidas acadêmicas e literárias. O presente escrito pode ser considerado uma materialização desse tipo de estímulo, exibindo estilo ensaístico e, por tentar encapsular várias décadas em poucas páginas, também uma certa ousadia. O fato de se concentrar no período entre meados do século XIX e os primeiros anos após a Proclamação da República não atenua esse aspecto. O mesmo cabe dizer sobre a limitação geográfica da abordagem: focaliza-se notadamente a área da capital (a então Desterro e o seu entorno) do que durante quase todo aquele período foi a Província de Santa Catarina.

O objetivo é indicar e discutir alguns dos principais processos e situações que marcaram esse local nas referidas décadas. Economia e política são as principais esferas perscrutadas, e a ênfase recai na progressiva mudança de um espaço cuja ocupação era bastante rarefeita e cujos recursos eram aproveitados, até pouco depois da Independência, sob precárias condições para comunicação e transporte terrestre, entre outros problemas. Pesquisa documental e bibliográfica, incluindo exploração de fontes históricas, subjaz à elaboração do artigo, tendo-se igualmente lançado mão de material iconográfico (mapa, pintura, fotografia) com vistas a lograr alguma ilustração.

O artigo tem seis partes, incluindo a introdução e as considerações finais. Na segunda parte tangencia-se conceitualmente a “aceleração do tempo”. Na terceira fala-se da situação de Desterro no período da Independência e examinam-se os primeiros movimentos locais logo depois, considerando desafios e algumas ações institucionais. A quarta é dedicada à ampliação e complexificação do espaço construído (focalizando intervenções públicas em melhorias urbanas) e às necessidades em comunicações e transportes terrestres. A quinta discorre, em amarração do que foi tratado, com alguma expansão, sobre o que se considera “aceleração do tempo” em Desterro naquele período.

1. “Aceleração do tempo”, uma nota sobre o sentido

Objeto enigmático, o tempo sempre interpelou o pensamento sobretudo filosófico interessado na sua compreensão. É sugestivo do incrustado

caráter desafiador o conhecido aforismo do filósofo católico Santo Agostinho (1996, p. 322), nascido na metade do século IV: “O que é, por conseguinte, o tempo? Se ninguém mo perguntar, eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei.”

Nas assim chamadas ciências humanas e sociais, a complexidade do assunto, com os debates suscitados, emerge particularmente quando se considera o problema da “dimensão” do tempo. O ponto central diz respeito à duração, aspecto que impõe enfrentar a nada trivial questão da mensuração do tempo.

Aparentemente mais do que outras áreas de investigação acadêmica no grande campo das humanidades, a sociologia e a história abrigam importantes embates intelectuais em torno desse tema. Entre sociólogos, raciocina-se em termos de tempo social, e vários aderem à ideia de que este “[...] é simplesmente uma dimensão particular de determinada realidade social [...]” (Braudel, 1992, p. 72). O tempo mostra-se, desse modo, atrelado ao transcurso dos acontecimentos socialmente protagonizados que estão sob a lupa do pesquisador. Sua duração é aquela dos próprios processos sociais, a extensão dos quais (se mais longos ou mais curtos) é o elemento de mensuração do tempo.

Historiadores também distinguem entre tempos maiores ou menores – como os da longa duração, da conjuntura ou dos eventos – nos quais têm lugar, ou aos quais se referem, os movimentos da economia ou da sociedade. Todavia, a duração dos fragmentos temporais é registrada levando-se em conta o tempo uniforme ou cronológico, numa palavra, o calendário. Dessa maneira, interessam ao historiador, naturalmente, o modo como os processos sociais se influenciam ou se determinam reciprocamente, mas estes “[...] só podem se registrar em relação ao tempo uniforme [...], medida geral de todos esses fenômenos, e não ao tempo social multiforme, medida particular a cada um desses fenômenos.” (Braudel, 1992, p. 73).

Tomando como referência o tempo uniforme, falar em “tempo lento” ou “tempo rápido” significaria, postula-se aqui, considerar o grau e a intensidade das mudanças percebidas no objeto de estudo (como ilustração, uma cidade, uma região, um país) em termos cronológicos. Assim, por exemplo, uma experiência existencial como a relatada pelo argentino Jorge Luís Borges levaria a evocar a “lentidão do tempo”: a revisita a local

que não frequentara durante décadas infundiu no escritor uma sensação de “suspensão do tempo”, de supressão dos sentidos de passado e presente, tendo em vista que absolutamente nada havia mudado (Borges, 1928). Mais ainda, lhe teria sido incutida a impressão de perenidade das condições anteriormente vivenciadas, quer dizer, de não passagem do tempo. O sociólogo Norbert Elias diria que tal imutabilidade sequer autorizaria falar em tempo.¹

Simetricamente, transformações no objeto de investigação podem fazer pensar em “aceleração do tempo”, ou, conforme a perspectiva de Elias, admitem referência ao próprio tempo. Este mostrar-se-ia tanto mais “rápido” quanto mais mudanças ocorressem (próximas umas das outras) ao longo do calendário, isto é, no tempo uniforme ou cronológico, que constitui a base da mensuração. Tal ideia permeia, sugere-se aqui, uma prestigiosa abordagem dos anos 1990 sobre a trajetória da economia e da política em termos mundiais: a análise que traduz esse percurso em ciclos sistêmicos de acumulação, na sucessão dos quais a história (do mundo, de regiões mundiais) tem o seu ritmo mais e mais intensificado (Arrighi, 1996).

Com efeito, nessa perspectiva a atenção recai na maior concentração temporal das transformações, ou, o que significa o mesmo, no aumento da frequência das mudanças. Tal frequência pode se revelar cumulativa, realimentando-se devido, por exemplo, às maiores e mais intensas conexões extralocais ligadas aos aprimoramentos nos transportes e comunicações, eles próprios expressões de mudanças: interações mais vigorosas permitem multiplicar e ampliar contatos, repercutindo em mais mudanças e assim por diante. A ideia de “compressão do tempo-espço”, esgrimida por Harvey (1993), ajuda a pensar a respeito.

Na escala das cidades, mudanças “aceleradoras” do tempo podem representar até rupturas, concretizadas em poucas décadas, de padrões urbanos previamente observados e de condições citadinas longamente vivenciadas (Sennet, 2018). O processo de intensa metropolização sobretudo no nordeste dos Estados Unidos, a reboque do rápido crescimento industrial experimentado nesse país desde meados do século XIX, represen-

¹ De fato, para Elias (1998, p. 59), “A noção de ‘tempo’ remete a alguns aspectos do fluxo contínuo de acontecimentos em meio aos quais os homens vivem, e dos quais eles mesmos fazem parte. [...] Se tudo ficasse imóvel, não poderíamos falar de tempo.”

taria uma expressiva ilustração. O mesmo se poderia dizer a respeito de várias cidades europeias, em circunstâncias mais ou menos semelhantes.

Na percepção dos habitantes dessas cidades, certamente em numerosos casos, o cotidiano passara a exibir o que foi designado pelo sociólogo alemão Georg Simmel, em conferência proferida no alvorecer do século XX, como intensificação da vida nervosa (Simmel, 2005). O contexto, conforme captado nessa abordagem, apresentava tecidos urbanos às voltas com transformações quase vertiginosas, em termos quer de adensamento e aprofundamento da complexidade, quer de ampliação do tamanho das cidades, com marcada e disseminada suburbanização. Numa palavra, tratava-se de ambientes citadinos registrando – cabe salientar – “aceleração do tempo”.

No Brasil, o Rio de Janeiro teria exibido processos dessa natureza após a chegada da Corte Portuguesa em 1808, movimento que em vários sentidos representou a transferência do centro de gravidade do Império Português para a colônia sul-americana. Realmente, não parece exagero considerar que “[...] a D. João VI o Rio deve o seu início de caminhada para a modernidade. Houve a implantação de instituições citadinas e a abertura da cidade aos contatos com o mundo.” (Lessa, 2000, p. 81). Essa marcha rimou com novos aspectos, traços, ares e comportamentos, representativos de ampliação das possibilidades em ambiente urbano cujas carências podem ser intuídas até por meio da literatura ficcional produzida no período, como em Almeida (2007).

A ideia de “aceleração do tempo”, esboçada nesta seção, inspira as considerações sobre a capital da Província de Santa Catarina distribuídas nas próximas seções do artigo.

2. Primeiros passos pós-Independência na capital catarinense

No período da Independência, a vila de Nossa Senhora do Desterro, instituída em 1726 sobre as bases, pode-se dizer, de uma malograda tentativa de colonização na Ilha de Santa Catarina em meados do século XVII, exibia – ombreada por suas adjacências inclusive continentais – poucas mudanças de configuração espacial mesmo tendo um passado remoto. A área fora objeto de importantes ações do governo português

no século XVIII, destacando-se a construção de um amplo sistema de defesa na Ilha (com fortalezas de diferentes tamanhos e aumento dos contingentes militares) e a organização de fluxo migratório que resultou na instalação de numerosas famílias açorianas e madeirenses.

Esses processos repercutiram na pulsação da vida local, notadamente na referida vila, onde se desenrolavam as funções administrativas da então Capitania de Santa Catarina (criada em 1738). Os colonos vindos do Atlântico Norte tinham sido distribuídos na Ilha e no continente, em movimento do qual posteriormente resultaram freguesias, uma antiga divisão espacial e administrativa portuguesa. Nesse contexto, sendo a pesca uma atividade cotidiana em diversas localidades litorâneas, a agricultura foi impulsionada e a captura de baleias, realizada desde a primeira metade do século XVIII mormente para extração de óleo, ganhou vigor sob regime de concessão governamental. Escravos eram utilizados em todas essas práticas, em quantidades consideráveis, e o emprego desse tipo de trabalho perdurou por décadas, sobretudo em produção de farinha e açúcar, entre outros (Mamigonian; Bissigo, 2018).

A vila-capital apresentava-se em 1763, segundo o religioso francês Pernetty – autor de um dos relatos de viajantes sobre a área compilados em *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX* (1979) –, com mais ou menos 150 casas, de ocupação dividida entre militares e civis, estes separados entre brancos e não brancos. As escassas habitações localizavam-se basicamente à beira-mar, como registrou La Pérouse em 1785, um cenário não muito diferente do enxergado por Frézier em 1712, ambos navegadores franceses. Em 1813, o estadunidense Porter observou que em alguns poucos locais as casas formavam círculos à beira-mar, e aquelas contíguas ou próximas a áreas de cultivo eram geralmente habitadas por militares que trabalhavam a terra com escravos nos períodos sem exigências de funções de defesa ou segurança.

Pouco ou quase nada mudara, inclusive quanto às dificuldades para deslocamentos terrestres, quer na Ilha ou no continente próximo, em grande medida por conta das imposições de um relevo bastante íngreme e de uma cobertura vegetal em geral muito cerrada. Daí que, quase às vésperas da Independência, o correspondente quadro assim se apresentava, nas palavras do comandante russo Golovnin, anotadas em 1808: na Ilha e no continente fronteiriço,

[...] ao longo de todas as costas estão disseminadas várias casas a certa distância uma da outra; no interior [...] não há nenhuma povoação perto. As montanhas e vastas matas virgens intransitáveis [...] impedem as comunicações para o interior. [...] [T]odas as comunicações entre povoações próximas ou distantes se fazem pela água. Mesmo os vizinhos que moram nas costas dessa baía, a uma distância de meio quilômetro, usam canoas [...] para fazer visitas uns aos outros. [...] Até o correio é mandado por mar. (Ilha, 1979, p. 216)

No começo do ano anterior ao da Independência, o Estado português transformou as capitanias em províncias, uma estrutura que foi mantida pelo Império brasileiro. Assim, foi na condição de província imperial que Santa Catarina atravessou as décadas seguintes até a Proclamação da República, em 1889, quando se tornou estado, tipo de unidade federativa ao lado do Distrito Federal e do município (também havia territórios da União, mas estes não eram entes políticos).

2.1 Urgências e desafios nos primeiros anos

Devido às circunstâncias, não se soube logo na Província de Santa Catarina que o brado da emancipação do Brasil havia sido lançado. Segundo Cabral (2011, p. 20), “A notícia da independência só chegou em fins de setembro e a 1º de outubro a Câmara tomou as providências para que também aqui fosse aclamado, no dia 12, o Imperador”. Informada, a população expressou contentamento que embutia profundas críticas ao jugo metropolitano longamente protagonizado. O comandante francês Duperrey, que desembarcou na Ilha em 16 de outubro de 1822, captou a atmosfera em Desterro: “[...] preferimos morrer a sermos recolonizados [...]” (Ilha, 1979, p. 270), foi exclamação ouvida pelo navegador.

Nos primeiros passos de vida independente, o governo brasileiro elevou a capital da Província a categoria de cidade. A administração foi assumida por uma junta provisória, e boa parte das suas atenções nos anos subsequentes voltou-se às medidas relacionadas às sucessivas chegadas de imigrantes com origem europeia (sobretudo germânica, e depois italiana).

Esses fluxos refletiam decisões do governo central com respeito à colonização e ao fortalecimento da economia em diversas províncias do

Brasil, notadamente na sua porção meridional. Nesse cenário, Santa Catarina assistiu à criação de várias colônias, em diferentes regiões do seu território. Por exemplo, relativamente próxima à capital, surgiu em 1828 a Colônia de São Pedro de Alcântara, envolvendo famílias e soldados oriundos da Alemanha; doze anos mais tarde essa colônia seria transformada em freguesia. Uma sequência de ações do gênero vincaria o espaço catarinense desde então.

Nesse período, assinale-se, mais uma freguesia foi criada na Ilha de Santa Catarina. Tratou-se da freguesia de São João Batista do Rio Vermelho, instituída em 1831 na costa leste, somando-se àquelas surgidas no século anterior. No continente, as áreas dos atuais municípios de Palhoça e Biguaçu já apresentavam freguesias na Enseada de Brito e em São Miguel, respectivamente.

A faina oficial registraria a instalação da Assembleia Provincial somente em março de 1835, quase 13 anos depois da Independência, com a eleição e posse de 15 deputados. A atuação dos parlamentares, cabe frisar, foi marcada desde o início pelas exigências de conjunturas consideravelmente problemáticas.

Os desafios ligados à Revolução Farroupilha – ocorrida entre 1835 e 1845, opondo revoltosos rio-grandenses e o governo imperial – não representaram pouca inquietação e escassa urgência de decisões estratégicas. O motivo não era fortuito, pois Santa Catarina foi implicada com lutas no litoral sul (em Laguna, que foi invadida pelos Farrapos em julho de 1839, e em Imbituba) e no planalto serrano (nas áreas de Lages e Curitiba). Ilustra o entendimento das lideranças catarinenses sobre o assunto o discurso do presidente provincial na abertura do ano legislativo de 1837: “[...] a Província vizinha se acha a braços com a mais desenfreada rebelião, e anarquia; em quanto se crusam alí as opiniões políticas, e resultam disso actos de nunca vista ferocidade [...]” (Falla, 1837, p. 3). Nesse quadro, “[...] os Catharinenses [...] estremecem sim com a noticia dos horrores que tem apresentado a luta sanguinaria em que se acham envolvidos os Rio-grandenses [...]” (Falla, 1837, p. 3).

O conflito, em especial a sua incidência no planalto serrano, influenciou decisões sobre prioridades nas infraestruturas. Goularti Filho (2013) sublinhou que a chamada Estrada do Litoral (de algum modo o berço de trecho da atual rodovia BR-101) canalizou as atenções locais desde os

anos 1830. Mas a ligação entre Lages e São José, que fora objeto de debates a partir de meados do século XVIII, conforme Brito (1829), sobressaiu nas determinações, tendo os ataques farroupilhas no planalto representado uma motivação central.

Em 1835, o presidente da província fundamentou o montante do orçamento para o caminho de São José a Lages, passando pelo Trombudo (no atual município de Bom Retiro), dizendo que “[...] quasi todo o gado que se consome na Ilha, e em grande ou maior parte da terra firme, nos vem por elle [...]” (Falla, 1835, p. 3). Em 1837, afirmando que o planalto serrano catarinense acolhera pecuaristas em fuga do Rio Grande do Sul, o presidente ressaltou que “A Villa de Lages pela sua posição, e sobretudo por estar hoje abundando em gados, [...] suprimindo assim a falta dos que vinhão da Provincia de São Pedro, [...] he huma das mais importantes da Provincia [...] e por isso deve sugerir-vos todas as considerações, e o vosso patriotico desvelo pelo seu bem-estar.” (Falla, 1837, p. 9). No ano seguinte, informou-se que, “Das Obras Publicas, a que especialmente está a cargo da Presidencia, he a Estrada de Lages pelo Trombudo; ella deve attrahir todos os disvellos da administração Provincial, pois [...] dá tranzito ao gado, que tem vindo abastecer esta Provincia, desde que a guerra civil devasta a desgraçada Provincia do Rio Grande de São Pedro [...]” (Discurso, 1838, p. 6).

Também os desdobramentos das referidas iniciativas de colonização envolvendo imigrantes europeus eram assuntos com destaque na órbita institucional. Tal fato não deve surpreender, pois eram elevadas as expectativas locais sobre aquelas ações.

2.2 Impulsos de colonização: contexto e espírito governamental

Na sessão que abriu a primeira legislatura da Província, em abril de 1836, o então presidente reconheceu que “[...] faltão-nos braços que fação valer este torrão precioso, ate agora em grande parte improductivo por inculdo, e falta-nos também o soccorro das Artes para o uso e emprego de maquinas que ajudem e facilitem os trabalhos agrícolas.” (Relatorio, 1836, p. 11). Nessa opinião, o problema exigia trazer forças do além-mar: “Estes braços, estes auxílios só nos podem vir da Europa, onde a população superabunda, e onde as Artes tem chegado ao maior apuro. Cumpre pois

que por meio de Colonizações chamemos ao nosso País homens activos e industriosos [...]” (Relatorio, 1836, p. 11).

Quase dez anos depois, fazendo um balanço entre os avanços e as dificuldades nessas experiências, o presidente não apenas assinalou na sua fala que “Prosperam as Colonias estabelecidas na Provincia [...]” (Falla, 1844, p. 25). Indicou também frustrações, a maior delas, certamente, provocada pela Colônia do Saí, criada em 1841 por franceses – partidários das ideias do socialista utópico Fourier – em área do atual município de São Francisco do Sul. Crivada de adversidades, como sugerido em S. Thiago (1995), a situação dessa colônia permitia ao presidente dizer que o experimento, “[...] sem estabelecimento algum, quer agrícola, quer industrial, toca a sua completa aniquilação [...]” (Falla, 1844, p. 25).

O contexto quase imediato desses processos e inquietações, relacionados à percebida necessidade de atrair migrantes europeus, era de fortes dificuldades econômicas, com seus reflexos em carências diversas. Baseado no que observou *in loco* em 1820, Saint-Hilaire (1936, p. 59) afirmou que “[...] a província é pobre. Os colonos que ali se estabeleceram em diferentes épocas não prosperavam [...]”. Dias após a Independência, o já mencionado Duperrey encontrou na Ilha de Santa Catarina um precário quadro tanto em produção como em comércio; para piorar, negociantes locais empenhavam-se, segundo o observador, “[...] em transferir seus fundos ao Rio de Janeiro, para maior segurança em face dos acontecimentos [...]” (Ilha, 1979, p. 268). O naturalista dessa expedição, Lesson, consignou que mesmo “A agricultura colonial está ainda por surgir na província de Santa Catarina; os habitantes não procuram aumentar suas colheitas, uma vez que nenhum mercado externo lhes propõe oferta.” (Ilha, 1979, p. 291).

Os problemas vinham de longe. A proibição de manufaturas no Brasil, por Alvará da coroa portuguesa de janeiro de 1785 – assunto abordado em Novais (2000) –, não deixara de repercutir em Santa Catarina. Tal situação, ao lado de outros aspectos da relação metrópole-colônia, teria levado Saint-Hilaire (1936, p. 59) a postular sobre Santa Catarina que “[...] a tyrannia do governo portuguez fora durante muito tempo um empecilho ao surto de qualquer iniciativa individual”. Duperrey, de sua parte, descrevendo as condições locais em 1822, notou que “[...] o governo português não tem em nada negligenciado para manter os brasileiros

nos limites estreitos das necessidades naturais. Os objetos de luxo não tinham entrada em suas habitações [...]” (Ilha, 1979, p. 279). Não que nada fosse manufaturado, mas, por exemplo, panos de linho ou algodão saíam dos teares locais em quantidades “[...] apenas suficientes às necessidades dos habitantes.” (Ilha, 1979, p. 279).

A situação não melhorou nos anos imediatamente posteriores à Independência. A chegada da Corte portuguesa ao Brasil (janeiro de 1808) resultara em abertura dos portos da colônia às nações amigas, ação acompanhada por Alvará (de abril desse ano, revogando o de 1785) com benefícios tarifários depois aprofundados em prol da Grã-Bretanha pelo bilateral Tratado de Comércio e Navegação, assinado no começo de 1810. Grandes quantidades de produtos britânicos passaram a entrar ainda mais facilmente no Brasil, com agudos e prolongados reflexos nas atividades industriais da colônia, um quadro que perdurou após a Independência (Luz, 1978).

A concorrência dos manufaturados britânicos ressoou em Santa Catarina. É sugestivo o realce, no discurso do presidente provincial em 1º de março de 1838 perante a Assembleia Legislativa, da situação amargada pela produção de tecidos, outrora relativamente à altura das necessidades locais. A atividade encontrava-se em flagrante declínio, pois “[...] não pode este genero concorrer com os tecidos estrangeiros, que [...] vem ao mercado por preços incomparavelmente inferiores.” (Discurso, 1838, p. 16). Em outro discurso, dois anos mais tarde, os deputados ouviram que mesmo os “[...] grosseiros tecidos a que se davão as classes mais indigentes, não tem podido sustentar-se, e vão a se aniquilar de todo; porque a concorrência das fazendas estrangeiras a muito mais baixos preços, lhes dará o último garrote.” (Discurso, 1840, p. 27).

Assim, contrastes com o observado décadas antes, ainda no final do século XVIII, a respeito da produção de artigos têxteis, teriam se intensificado, de algum modo. Pesquisa efetuada por Silva (2008) registrou a existência de centenas de teares na Ilha em meados da década de 1780. Diferentes tipos de artigos eram produzidos, para vestuário e outros usos, alguns de apreciável qualidade segundo a descrição de Brito (1829). Não deixa de ser sugestivo que, no início do século XIX, tecidos de linho, algodão e cânhamo figurassem entre os itens embarcados no porto de Desterro, na observação de Saint-Hilaire (1936), ao lado de alimentos,

madeiras, couros, louças e óleo de baleia, entre outros. Note-se de passagem, porém, que nas décadas seguintes esse porto tornou-se, por assim dizer, “farinheiro”: refletindo o grande crescimento da produção local de farinha de mandioca, ganhou proeminência o seu embarque, para mercados no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e na região do Prata, principalmente (Hübener, 1981).

A pesca da baleia, de sua parte, entrara em persistente declínio já havia décadas (Ellis, 1972). Observações de navegadores que passaram pela Ilha entre o último quartel do século XVIII e o período da Independência não deixam dúvidas a respeito (Ilha, 1979). A derrocada há de ter repercutido consideravelmente, agravando as adversidades locais, pois, como Langsdorff registrara em 1803, “[...] o empreendimento da caça à baleia e produção do óleo é grande e oferece trabalho e sustento a algumas centenas de almas [...]” (Ilha, 1979, p. 189). São indicativos da intensidade da redução – vinculada, para Boiteux (1914), à forte concorrência de baleeiros estrangeiros, tolerados no Brasil segundo Ellis (1958) – o diagnóstico e a advertência do presidente da Província: em texto publicado no final dos anos 1820, o mandatário sublinhou que o negócio da extração de azeite de baleias “[...] acha-se hoje em grande decadência, e cedo o veremos totalmente extinto [...]” (Brito, 1829, p. 65).

A atrofia das atividades industriais, intensificada devido à concorrência estrangeira – segundo Cabral (1972), o consumo das famílias locais com melhores condições financeiras costumava ser atendido pelo Rio de Janeiro, e isso significava produtos oriundos do exterior em grande medida –, e o quase desaparecimento das práticas relacionadas à captura de baleias contribuíram para o agravamento da situação de penúria junto à população. Diferentes momentos do século XIX permitiram registros institucionais sobre o quadro de pobreza, de acordo com Cabral (1972), representando cenários de adversidades que até estimulavam movimentos de saída de jovens para tentar a sorte em outras latitudes, na condição de embarcados em práticas pesqueiras ou de envolvidos em atividades comerciais, sobretudo.

3. Avanços urbanos e perenidade das carências em infraestrutura

No período logo após a Independência, a ocupação permanecia rarefeita na região da capital, atingindo somente alguns poucos locais. A cidade de Desterro (a vila de Nossa Senhora do Desterro foi elevada à condição de cidade logo depois da Independência, com o nome encurtado) praticamente se restringia ao entorno da Igreja Matriz – origem da atual Catedral Metropolitana, cujas obras começaram em 1748 – e a prolongamentos nos sentidos sudeste, norte e noroeste, principalmente sob a orientação da linha costeira.

Algumas vias cortavam a península que abrigava Desterro, com penetrações originalmente destinadas a conectar a área central às fortificações e casas da orla norte (Dias, 1947). Mas o estado das vias e ruas era bastante precário: em livro publicado pela primeira vez em 1854, Coelho (1877, p. 99) registrou que “As ruas da Cidade, em geral, são rectas, mas sem nivelamento algum: poucas são calçadas e destas algumas muito mal.” Brito (1829, p. 3) já apontara anteriormente “[...] ruas soffríveis, bem que só huma seja calçada [...]”.

3.1 Melhorias urbanas sob forte restrição de recursos

Com o tempo, sucederam-se melhorias urbanas e ampliações do espaço construído, com reflexos na paisagem. Veiga (2008) assinala que, por exemplo, no transcorrer de algumas décadas após os anos 1830, teve lugar uma ampla renovação do casario na área central da cidade. As intervenções públicas, todavia, eram costumeiramente restringidas pela falta de recursos provinciais, do que dão conta diversos depoimentos dos presidentes em relatórios ou discursos dirigidos à Assembleia Legislativa (Provincial, 2022).

Assim, habitualmente, essas ações envolviam apenas reparos em igrejas e hospitais (de Caridade, de Caldas do Cubatão) e construções ou consertos dizendo respeito, por exemplo, a pontes, ruas, caminhos, aterros, cais e trapiches, na Ilha e no continente próximo. Reparações em prédios públicos são mencionadas nas manifestações (em regra com uso de verbas ministeriais); nos anos 1840 destacaram-se a construção de rampa no antigo mercado da cidade, para embarcações com peixes e pro-

duto agrícolas de diferentes locais (mercado contíguo à praça da Matriz, junto à praia), e a transferência do Cemitério Público para promontório sobre o Forte de Sant'Anna.

Obras financiadas pelo governo central não costumavam enfrentar problemas de falta de recursos e progrediam mais rapidamente. Sobressaíam as referentes ao Quartel do Campo do Manejo (localizado entre o centro da cidade e o Hospital de Caridade, em área onde se construiu o atual Instituto Estadual de Educação no começo dos anos 1960), repetidamente reparado e melhorado ao longo das décadas. Cabe dizer o mesmo sobre as obras da Alfândega e da Capitania dos Portos (esta edificada tendo como base a estrutura do antigo Forte de Santa Bárbara) e sobre as do Hospital Militar da Boa Vista (próximo ao Hospital de Caridade), todas na década de 1870.

Esses anos também viram o início das atividades do Theatro Santa Izabel (mais tarde chamado de Álvaro de Carvalho). Junto com o Atheneu Provincial, esse equipamento representaria expressivo acréscimo na esfera cultural da cidade – e por extensão da Província –, que já contava com os serviços da Biblioteca Pública.

Os anos 1880, especialmente, presenciaram importantes intervenções urbanas. Provavelmente isso ocorreu na esteira da realização de um importante, e talvez inédito, levantamento sobre a situação da área urbana, ordenado pelo presidente da Província em 1877, segundo informação disponibilizada em Veiga (2008). O estudo (a planta desenhada) revelar-se-ia um instrumento valioso no trato público com problemas como vazios urbanos – em geral impostos por obstáculos de relevo e outros –, uma atenção tanto mais justificável na medida em que a população crescia e o avanço nas técnicas construtivas sinalizava novas possibilidades de uso do solo: espaços até então pouco ou nada demandados e valorizados passaram a registrar interesse e ocupação.

Uma ilustração maior das aludidas intervenções públicas refere-se ao aterro da praia do Menino Deus, ao sul do centro de Desterro, alcançando a Capitania dos Portos e se prolongando em cais que se conectava à borda do largo da Matriz junto à praia. Outro aterro desdobrou-se para o norte, após a Alfândega até a praia da Figueira, criando superfície em que mais tarde se construiria o novo mercado (em 1899). Esse processo não deixou de guardar sintonia com uma importante mudança no eixo

urbano de Desterro. Em termos históricos, a ocupação da área central basicamente se desdobrara entre as imediações do largo da Matriz e as cercanias do Hospital de Caridade. A intensificação das atividades portuárias e o vinculado desenvolvimento comercial, entretanto, rimaram com a multiplicação de novas construções (sobrados e outras) nos quarteirões e ruas na direção contrária, ao norte do centro: “[...] com a frequência dos navios, com o movimento das cargas, com os depósitos, com os trapiches, [passou-se] a dar prioridade ao lado direito [do centro], quando nele se tornou maior o número de construções, principalmente as novas [...]” (Cabral, 1971, p. 237).

As ações públicas incluíam canalização de córregos – entre eles o da Fonte Grande (demarcador do trajeto da atual Avenida Hercílio Luz), que desaguava na antiga Ponte do Vinagre – e igualmente calçamentos, retificações de ruas e elevações. Também se (re)construiu o Matadouro, no Estreito (porção continental de Desterro), e se canalizou água em Sambaqui (costa centro-oeste da Ilha) para favorecer o abastecimento de embarcações.

Medidas de saneamento viram a luz, e não sem razão. Permanecia problemático o abastecimento de água potável, cuja má qualidade justificara a construção de chafarizes no início dos anos 1870, seguida de contratação de serviço para aumentar e melhorar a oferta. Em 1880 programou-se o encanamento, mas em 1887 ainda se dizia serem necessários estudos e providências a respeito, pois a população recorria a poços, origem de verminoses e moléstias gastrointestinais.

Lentidão e frustrações marcaram sobretudo o trato com a iluminação pública em Desterro, cujas ruas tinham ficado às escuras até 1837 (Cabral, 1971). Os primeiros (poucos) lampiões utilizavam óleo de peixe, e o processo de ampliação e aprimoramento do serviço arrastou-se por décadas, invariavelmente sob fortes restrições financeiras: a falta de recursos era continuamente indicada como razão das dificuldades para aumentar o número de lampiões (sempre considerados insuficientes) e substituir o combustível. De todo modo, do óleo de peixe, cujo preço cresceu, passou-se ao gás em meados dos anos 1850, embora fosse menor a sua capacidade de iluminação. Houve suspensão do respectivo contrato por falta de verbas públicas, e, na década de 1870, passou-se à iluminação a querosene, ao que se seguiu, em 1880, o retorno ao gás, cujo

contrato foi logo depois rescindido por conta do preço, forçando a volta ao querosene.

Não era raro o descumprimento contratual pelos “arrematantes” do serviço. Mesmo assim, em 1886 o governo concedeu por décadas à iniciativa privada o provimento de iluminação em qualquer cidade da Província. O querosene permaneceu em uso, a proposta de luz elétrica (surgida em 1887) não podendo ser então aceita devido à situação das finanças públicas.

3.2 Exigências e frustrações em comunicações e transportes terrestres

A década em cujo final ocorreram a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República registrou também melhorias na ligação entre a Ilha e o continente, através do canal do Estreito. O presidente da Província, em relatório à Assembleia, manifestou satisfação com o serviço prestado, salientando que “A passagem do Estreito é objecto de grande importancia, porque é o laço que liga toda a Provincia à Capital.” (Relatório, 1888a, p. 12). Todavia, se esses resultados justificavam ou ensejavam elogios, as vias de comunicação terrestre em escala provincial só provocavam lamentações e críticas.

De fato, ano após ano, as manifestações institucionais evidenciavam as profundas carências dessa comunicação. Chegava-se a atribuir a esse problema, em boa medida, as próprias dificuldades econômicas amargadas pela Província, cuja produção interiorana (nas colônias criadas por imigrantes europeus, sobretudo) enfrentava grandes percalços no escoamento. Também a concentração da população no litoral, representativa de menor aproveitamento das potencialidades no interior do território, era relacionada a essa questão, nos pronunciamentos governamentais.

Assim, em 1854, por exemplo, dizia-se acreditar que as colônias engendrariam, “[...] com o aumento da industria agricola, fabril, e de mineração, o desenvolvimento do commercio, socorrido este e aquellas pelos melhoramentos das actuaes vias de comunicação, e pela abertura de novas.” (Relatório, 1854, p. 27). Quase trinta anos depois, a presidencial denunciava: “Além da importante estrada de Dona Francisca, e dos caminhos vicinaes das colonias, a provincia não tem estradas, nem pontes,

e a condução dos seus productos opera-se lentamente, atravez de innumeros obstáculos.” (Falla, 1881, p. 29). Daí a sempre indicada urgência de estudos e obras, para o que se justificaria até contrair dívidas, já que se tratava de abrir na província “[...] novas e copiosas fontes de receita.” (Falla, 1874, p. 56).

Desse modo, na Ilha e em seus arredores continentais, os assentamentos (sedes de freguesias, localidades) formaram por muito tempo uma espécie de arquipélago de lugares, pelas grandes dificuldades para comunicações terrestres. Isso não quer dizer que inexisteram melhoramentos nesse plano, como ilustrado pelos reflexos da passagem de D. Pedro II e sua esposa por Santa Catarina em outubro de 1845, durante viagem para o Rio Grande do Sul. O anúncio dessa visita precipitou melhorias no acesso à estrutura para tratamento de saúde instalada em Caldas do Cubatão, localidade do atual município de Caldas da Imperatriz – cujas obras haviam sido iniciadas em 1817, por conta da reconhecida qualidade das suas águas termais (Paiva, 1873) –, que seria visitada por D. Pedro; a notícia também provocou reparos em estradas ou caminhos da Ilha por onde o monarca transitaria. Assinale-se que essa visita frutificou em doação financeira ao Hospital de Caridade e na colocação, em 23 de outubro de 1845, da 1ª pedra fundamental do novo hospital nessa área (Coelho, 1877).

A estrada entre o litoral continental próximo à capital e Lages, de importância longa e incessantemente celebrada, como assinalado, canalizava o grosso das manifestações acerca da precariedade das comunicações em escala provincial. A recorrente insistência sobre o seu caráter estratégico só não superou os registros e as críticas a respeito do seu estado, muito precário e sempre exigente de consertos e melhorias diversas.

Anos com alguns avanços em obras, limpezas, desmatamentos ou retificações, não raramente protagonizados com recursos ministeriais devido à penúria financeira da Província, alternavam-se com outros períodos repletos de denúncias sobre o estado de ruína – mesmo em trechos mais próximos ao litoral (como entre São José, de um lado, e, de outro, Theresópolis, em local hoje pertencente ao município de Águas Mornas, e Santa Izabel, em área situada entre aquele município e o de Rancho Queimado) – e sobre o *modus operandi* no tocante à estrada em administrações anteriores. Pedidos de novos estudos e orçamentos pontilharam décadas, e comissões de superintendência foram criadas, sem que a per-

sistente falta de recursos deixasse de interromper os trabalhos que, apesar de insuficientes, podiam ser executados.

É sugestivo sobre esse duradouro e inquietante quadro, que em meados dos anos 1880 ainda se colocasse o problema nestes termos, em pronunciamento de uma autoridade provincial:

[...] a estrada de S. José a Lages acha-se quase no estado primitivo da natureza, pois o caminho existente é péssimo, e o novo traçado, com cujos estudos despenderam-se 58:000\$000 rs., além de exigir a somma fabulosa de 2.000:000\$000 a 3.000:000\$000 rs., para a realização da obra, consta-me não ser trabalho digno de fé. (Exposição, 1885, p. 86)

A situação era tão desafiadora e grave, que o então presidente da Província (Augusto Fausto de Souza, um engenheiro militar) decidiu fazer em 1888 (saindo da Capital em 10 de julho) o percurso litoral-Lages para constatar os problemas pessoalmente. A viagem, de vários dias entre a ida e a volta, é descrita detalhadamente em Relatorio (1888b). No ano seguinte, defendeu-se a ideia de atrair interesses privados para trabalhos em trechos dessa estrada, e também a de emitir apólices provinciais objetivando levantar recursos (Relatorio, 1889).

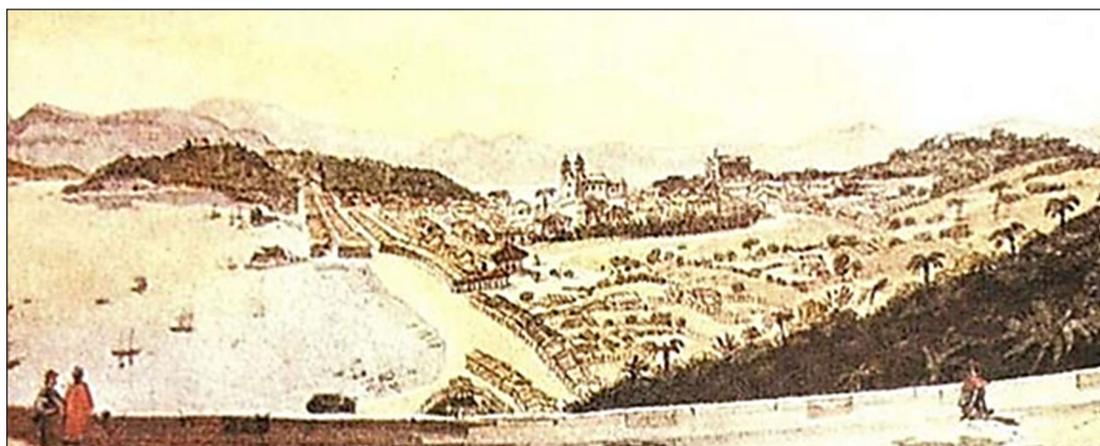
A prevalência de problemas não era alheia ao fato de a rotina institucional local ressoar fortemente os acontecimentos na capital do Império, do que não era aspecto menor a definição da presidência provincial ser prerrogativa daquele plano governamental. Um traço do cotidiano político e administrativo em Santa Catarina era o expressivo número de gestões curtas, em alguns casos de somente poucos meses (com presidentes cedendo a função a seus vices). Tal situação afetava a continuidade das ações públicas e seus resultados, já que, enviados pelo governo central, vários desses administradores permaneciam pouco tempo e exibiam gestões insuficientes ou mesmo irrelevantes. A rigor, somente uma ou outra presidência ostentou realizações dignas de algum destaque, de acordo com Boiteux (1920).

4. “Aceleração do tempo” em Desterro

Assinalou-se anteriormente que no período da Independência a paisagem de Desterro e seus arredores quase não se diferenciava do que fora muitas décadas antes. Desconsiderando-se a parte mais central da capital, perdurava havia muito o caráter disperso e rarefeito dos sítios ocupados. O desenrolar da vida permanecia à beira-mar, basicamente, seja na Ilha ou no continente, mesmo que chácaras nas vizinhanças da cidade de Desterro fossem observadas por Saint-Hilaire (1936) já em 1820. Como desde os primórdios, no início do século XIX ainda se tratava de uma relativamente escassa presença de homens e atividades na capital da Província e em suas adjacências.

Gravura de 1827, de autoria de Jean-Baptiste Debret, permite observar como se apresentava Desterro naquele período. Aparecem com nitidez o porto, com embarcações, a Igreja Matriz e edificações na linha da praia ou próximas desta. Estar distante da orla poucas centenas de metros, e muito menos do que isso em alguns locais, significava submergir em atmosfera campestre. Além do alcance de um modesto raio iniciado no largo da Matriz, o relevo já se mostrava íngreme e a vegetação apresentava-se relativamente densa, autorizando imaginar dificuldades de acesso, travessia ou utilização (Figura 1).

Figura 1 – Vista da Vila de Desterro a partir do hospital (1827)



Fonte: Debret (1954).

5.1 Maior frequência no surgimento de novos traços locais

O transcurso do século XIX, especialmente desde a sua metade, testemunhou progressiva modificação nessa paisagem e nas condições locais. Evocando-se um inspirado comentário de Machado de Assis (1997, p. 46-47) no seu penúltimo romance, assinalando que “[...] o tempo é um tecido invisível em que se pode bordar tudo [mas igualmente] se pode bordar nada.”, deve-se sublinhar que em Desterro, não é equivocado dizer, bordou-se consideravelmente, como indicam as anteriores referências às intervenções urbanas.

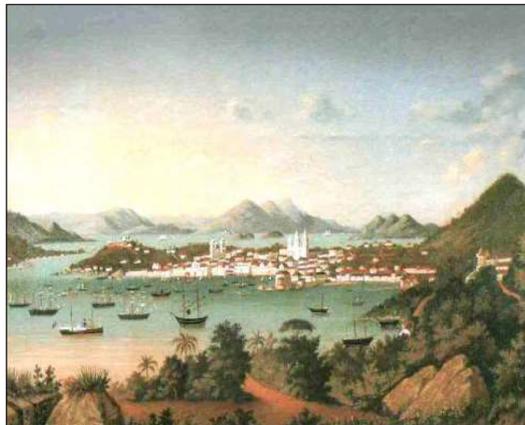
O mapa e a vista mostrados nas Figuras 2 e 3, relativos ao ano de 1868, sugerem os processos que marcaram a paisagem de Desterro. No mapa veem-se, além de vias de penetração interligando as orlas norte e sul da península, trajetos circundantes inclusive na face interior, a leste do núcleo urbano, e igualmente um adensamento do espaço edificado que ultrapassa amplamente as proximidades da franja litorânea. A vista estampa uma massa construída que, adensada e estendida, sobressai-se e faz imaginar (até mesmo pela quantidade de embarcações na baía sul) alguma vitalidade econômica e maior pulsação da vida cotidiana, embora alusões aos problemas da economia marcassem repetidamente as manifestações das autoridades locais, como se observa em diversos depoimentos disponíveis em Provincial (2022).

Figura 2 – Cidade de Desterro em 1868 – Mapa da cidade



Fonte: Almeida (1868), recortado do mapa XIX.

**Figura 3 – Cidade de Desterro em 1868 – Vista da cidade
(J. Bruggemann)**

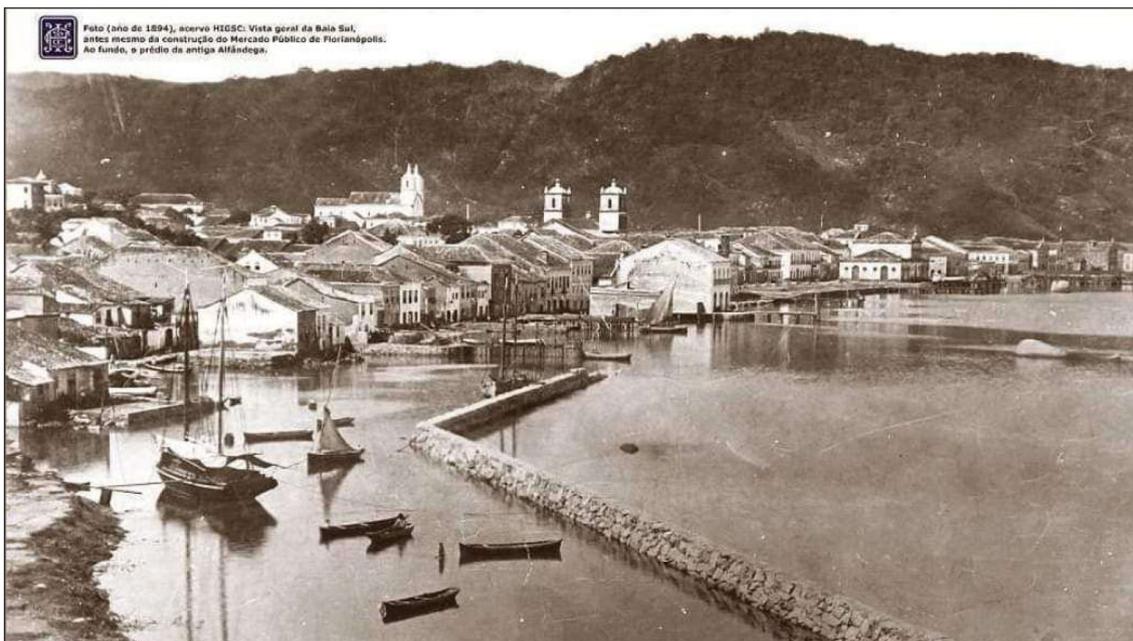


Fonte: Corrêa (2004), p. 200-201.

Pouco depois da Proclamação da República, ocorrida 18 meses após a Abolição da Escravidão, o centro de Desterro apresentava feições como as captadas (parcialmente) em foto de 1894, mostrada na Figura 4. Destacam-se na imagem um ambiente construído mais adensado e o que se afiguram como novas intervenções urbanas, sobretudo envolvendo criação adicional de espaço mediante aterramento de trecho de praia. Registre-se que em parte desse aterro seria construído o Mercado Público – inaugurado em fevereiro de 1899 – que funciona até os dias de hoje em Florianópolis, em substituição ao que operou durante muito tempo no extremo do largo da Matriz junto à praia. Assinale-se, do mesmo modo, que esse aterro situa-se ao norte da área central da cidade, na direção em que se deu a progressiva alteração do eixo urbano, como se falou anteriormente, por conta da intensificação das atividades portuárias e comerciais, com seus reflexos e consequências.

O que se vê na foto também há de ser considerado em conexão com iniciativas de melhorias na capital da Província realizadas desde anos antes, nos últimos movimentos do período provincial. Porém, o direcionamento ao agora Estado de Santa Catarina, a partir de 1º de janeiro de 1892, da cobrança de vários impostos que até então eram privilégio do governo central, provavelmente estimulou e escorou um desempenho administrativo com reflexos nessa paisagem (Mensagem, 1891). Com efeito, tornada estado federativo, com governo provisório desde 15 de novembro de 1889, Santa Catarina registrava reformas administrativas praticamente desde então.

Figura 4 – Vista do centro do Desterro em 1894



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Certamente não se tratou, nesse transcorrer de décadas, de rupturas no sentido utilizado por Sennet (2018), aludido no começo do artigo, mas muito mais de acréscimos – às vezes lentos, outras vezes ágeis – ao que caracterizava e estribava a vida local. De todo modo, tem sentido dizer que, aos olhos dos cidadãos atentos, Desterro mudava, até devido às crescentes possibilidades em aprimoramento educacional e em expressão e consumo cultural (como propiciado pelo Teatro). Na pequena Desterro, processos como melhorias nas infraestruturas e expansão populacional – com reflexos em escala de Província por conta das migrações oriundas da Europa e da criação de colônias – hão de ter afetado a percepção das pessoas a respeito do seu próprio cotidiano.

É, portanto, como se o tempo ganhasse mais velocidade em Santa Catarina, particularmente na sua capital. Mudanças se acumularam especialmente na segunda metade do século XIX, um período que, em perspectiva histórica, apresenta-se relativamente curto, engastado em progressão de várias décadas ou mesmo multissecular durante a qual o tempo escoou “lentamente”, as permanências sobrepondo-se amplamente às alterações, para evocar uma ideia cara a Braudel (1992).

4.2 Outros vetores da “aceleração do tempo”

Desterro (e a Província) passou a registrar, de fato, movimentos aptos a acelerar mudanças. As comunicações com o resto do Brasil foram aprimoradas, pois a expansão do telégrafo no país a partir de 1865, no contexto da Guerra do Paraguai, implicou o litoral catarinense (São Francisco do Sul, Itajaí, Desterro e Laguna), uma situação fortalecida com cabos submarinos na década seguinte (Silva, 2011). Das estações telegráficas, redes foram instaladas rumo a núcleos coloniais interioranos da Província, segundo Goularti Filho (2018).

Na economia, ganhou crescente expressão um setor comercial diversificado e nutrido pelas atividades do porto e da navegação (Cabral, 1972). Imigrantes, notadamente alemães, envolveram-se nessas atividades já em meados do século XIX (Bastos, 1997). Mais para o final desse século, e atingindo o início do século XX, imigrantes de diversas origens – além de alemães, também italianos, gregos e libaneses, sobretudo – deram inegável impulso às atividades comerciais (Corrêa, 2004). De todo modo, mesmo que o comércio e a navegação tenham se afirmado na economia local, a agricultura – uma certa agricultura – manteve posição importante. Livro publicado em 1900 estampava que “[...] a produção de café é avultada, chegando não só para o consumo de seus habitantes, como para uma regular exportação [...]” (Várzea, 1985, p. 226), e que ao final do século XIX era possível “[...] dizer-se sem exageração, [que] a bela Ilha do Sul se acha transformada num imenso cafezal.” (Várzea, 1985, p. 221). O contexto geral era o surto cafeeiro em que se achava implicado o Brasil, tornado um dos maiores (senão o maior) produtores e exportadores.

Mencionem-se também, como vetores da “aceleração do tempo” em Desterro, os reflexos da busca pelo Brasil de presença em exposições universais, realizadas desde meados do século XIX em cidades europeias e estadunidenses para celebrar a modernidade em ciência e tecnologia, produção industrial, arquitetura e artes (Pesavento, 1997). As províncias eram instadas a selecionar produtos para a mostra do país, e Santa Catarina foi várias vezes demandada, a julgar por diferentes discursos presidenciais entre os anos 1860 e 1890 (Provincial, 2022). Esse envolvimento certamente cevou a familiaridade local com processos nas escalas nacional e, principalmente, internacional, arejando práticas e condutas.

Assim, para a exposição universal que se realizou em Paris entre abril

e novembro de 1867, o governo catarinense instituiu comissão que selecionou e premiou vários tipos de produtos, a maioria de origem agrícola ou agroindustrial. Participaram produtores de diferentes locais – tanto da área próxima a Desterro como de colônias interioranas, mormente no Vale do Itajaí – e a relação continha açúcar de cana, farinha de mandioca, amostras de algodão, erva mate, fumo, produtos de couro, tecidos de linho, vinho de uvas, rapé, fumo em folha e em rolo, charutos, velas e sabão, cera, cordas, couros envernizados, cortes de calça de fio de algodão e vasos de barro, entre outros (Relatório, 1867).

Igualmente suscitou o interesse do governo brasileiro a exposição universal que ocorreria na Filadélfia entre maio e novembro de 1876, como parte das comemorações do centenário da independência dos Estados Unidos. O Ministério da Agricultura determinou já em 1873 que as províncias promovessem a seleção de seus produtos, ao que a presidência de Santa Catarina respondeu com a nomeação de uma grande comissão. Esta apresentava a seguinte divisão temática: comércio, empresas e fábricas, lavoura, ciências, artes e indústrias, máquinas e artes mecânicas, prendas (Falla, 1875).

Também para a exposição sul-americana que se realizaria em Berlim em 1887, uma comissão foi organizada com a incumbência de selecionar e promover o envio dos produtos. Tendo em vista que a mostra implicaria a Alemanha, o Vale do Itajaí – Blumenau – foi especialmente contemplado nas atividades.² Constou com destaque, na relação de produtos, uma casa (mais móveis e utensílios) construída com ripas e cipó (sem utilização de pregos e ferragens) e coberta de palha. A ideia era mostrar que em Santa Catarina um imigrante, mesmo desprovido de recursos financeiros, seria capaz de fazer uma moradia graças às condições naturais existentes. Outros produtos (todos de Blumenau) integraram a lista, provenientes da agricultura, da agroindústria e da manufatura (Relatório, 1886).

De modo igual reverberou no Brasil e em Santa Catarina o interesse pela exposição universal de Paris realizada de maio a outubro de 1889, em comemoração aos cem anos da Revolução Francesa. Mensagem do

² É significativa essa manifestação do presidente da Província: “Alem da conveniencia de comparecer n’essas grandiosas festas da indústria, o apello não deixará por certo de ser ouvido em uma província onde o elemento allemão presta excellente concurso e é justamente estimado.” (Relatório, 1886, p. 208).

governo imperial fez criar comissão para selecionar produtos locais (da agricultura, das indústrias e das artes, conforme anunciado em Relatório, 1888b) a serem apresentados no Rio de Janeiro, de onde – os escolhidos – iriam para Paris. Segundo a apreciação do Presidente da Província de Santa Catarina, os produtos catarinenses fizeram boa figura, comparativamente falando, durante a exposição na capital do país (Relatório, 1889).

Esse recorrente envolvimento com as demandas relacionadas à participação brasileira em eventos de tal envergadura há de ter marcado Santa Catarina, de alguma maneira. No mínimo, aproximou o plano local de processos e exigências oriundos de outras esferas, principalmente a internacional. Não parece despropositado considerar que isso contribuiu, pelo menos, para aprimorar práticas diversas em solo catarinense.

Tampouco se ficou refratário em Santa Catarina, como percebido em Cabral (1968), aos ares de modernização incrustados no movimento abolicionista que crescia no centro do Brasil e se espalhava no país. Mostrava fôlego a disseminação do sentimento e das iniciativas em prol do fim da escravidão, apesar das fortes pressões dos escravagistas, muitos dos quais bradavam serem espoliativas as ações governamentais com vistas à libertação, como destacado por Machado de Assis (1998) em fala de um personagem do seu último romance. Desterro abrigou, denotando sincronia com os ventos de mudança, um irrecusável envolvimento na referida causa, e também isso significou mudança ou “aceleração do tempo”, de algum modo.

Os vertiginosos eventos surgidos na esteira da Proclamação da República inscrevem-se no feixe de transformações. Já nos primeiros anos o novo regime amargou dois grandes conflitos de ressonância nacional, ambos na gestão de Floriano Peixoto, o segundo presidente da história, empossado em novembro de 1891 após a renúncia de Deodoro da Fonseca: a Revolução Federalista, deflagrada no Rio Grande do Sul em 1893 (desdobrando-se até 1895), e a Revolta da Armada, ocorrida no Rio de Janeiro entre setembro de 1893 e março de 1894. O alvo era o governo então instalado no Rio de Janeiro (Pesavento, 1983).

Santa Catarina foi engolfada nesses tensos passos republicanos iniciais, como abordado em Corrêa (1984; 2004). Houve indicação de governador pela administração central em novembro de 1889, com renúncia em dezembro de 1891 (devido à ferrenha oposição) e depois tentativa

(frustrada) de restabelecimento da gestão. Em 1892 outro governante foi enviado do Rio de Janeiro, mas sua adesão aos revoltosos federalistas, que acabou acontecendo, motivou denúncia e ordem de prisão. O vice-governador, sintonizado com o titular na oposição ao governo central, foi retirado da função por catarinenses em julho de 1893 (após tiroteio e mortes), instaurando-se um governo provisório que, sem lograr o reconhecimento de Floriano Peixoto, apesar da afinidade política, foi desconstituído.

Nesse turbilhão, implantou-se em Desterro um Governo Revolucionário da República (GRR), em 30 de setembro de 1893. Compuseram tal governo representantes da Armada revolucionária, que haviam se dirigido a Santa Catarina devido aos percalços enfrentados no Rio de Janeiro, e federalistas locais e da região sul do país. Desterro sobressaiu nesses termos porque Santa Catarina teria sido o único estado federativo a fazer efetiva oposição a Floriano Peixoto nesse período, seus próprios quadros institucionais e governamentais exibindo então numerosos federalistas. Problemas internos, dos quais não estavam ausentes rivalidades, dificultaram sobremaneira as atividades do referido GRR, mas foi o envio de uma robusta frota pelo governo central que sepultou a experiência catarinense. Em abril de 1894, o comandante dessa frota desembarcou (após escaramuças) e declarou nulos todos os atos do dito governo revolucionário, incluindo a Constituição Estadual que havia sido aprovada naquelas circunstâncias, e também dissolveu a Assembleia Legislativa e os órgãos judiciários.

Antes que findasse o mês de abril, chegou em Desterro o Coronel Moreira César, enviado por Floriano Peixoto para, como novo governador, dar solução aos problemas. Esse personagem, depois das tarefas em Santa Catarina, foi mandado ao interior da Bahia para atuar na Guerra de Canudos (travada pelo governo brasileiro contra sertanejos liderados por um pregador, entre novembro de 1896 e outubro de 1897), onde morreu em combate (em março de 1897). Euclides da Cunha assim o descreveu em obra clássica sobre Canudos: “[...] era um desequilibrado. Em sua alma a extrema dedicação esvaía-se no extremo ódio, a calma soberana em desabrimentos repentinos e a bravura cavalheiresca na barbaridade revoltante.” (Cunha, 2001, p. 249).

Essa índole não poupou Santa Catarina. Participavam do governo de Moreira César militares não catarinenses que nada sabiam do estado

e sequer conheciam os nomes dos políticos federalistas locais. Republicanos nativos, movidos por espírito de vingança ou ajuste de contas, passaram a denunciar os que faziam oposição a Floriano Peixoto, permitindo à polícia de Moreira César persegui-los e prendê-los. Durante o ano de 1894 – esse governo se prolongou até o final de setembro – numerosas execuções foram perpetradas na Ilha de Anhatomirim, sem qualquer julgamento, como assinalou Boiteux (1920); os cadáveres insepultos teriam sido atirados ao mar. Os números são incertos, tendo Cabral (1968, p. 258) mencionado “[...] 185 prisioneiros, que dela [Fortaleza de Santa Cruz, na Ilha de Anhatomirim] não mais saíram”. Corrêa (2004) considerou exagerada essa contabilidade, mas não manifestou dúvida sobre a informação de que muitos (talvez quatro dezenas) civis e militares, inclusive estrangeiros, foram fuzilados naquelas condições.

5. Considerações finais

Desde a Independência até o fim do século XIX, o tempo se “acelerou” cada vez mais em Desterro e em Santa Catarina, principalmente a partir da década de 1850. Uma vila-capital tornada cidade nos anos 1820 foi adquirindo feições efetivamente cidadinas, o cotidiano sendo marcado por mudanças que, se não eram rápidas nem de grande impacto, modelavam o espaço no sentido da expansão e do aumento da complexidade em várias funções. Movimentos de colonização acrescentavam à geografia provincial dinamismos sociais e produtivos que, a despeito das limitações em infraestrutura, pareciam anunciar novos tempos em território que amargava inquietantes carências, apesar das reconhecidas potencialidades.

Maior velocidade foi também imprimida na, por assim dizer, temporalidade da política, com incontornáveis repercussões. A capital catarinense e mesmo o (desde 1889) estado como um todo foram profundamente marcados pelos acontecimentos de importância nacional da década de 1890, com as relacionadas perseguições e execuções sumárias. Não erra quem assinala, postula-se aqui, que Desterro nunca mais foi a mesma. Os ressentimentos e crispações elevados à máxima potência, por conta das denúncias contra cidadãos catarinenses de prestígio, com o dramático desfecho, vincaram duravelmente – é difícil recusar – a atmosfera local.

Desterro não foi mais a mesma inclusive quanto à denominação da

capital do estado. O republicano Hercílio Luz, eleito e empossado governador em setembro de 1894, logo assinou uma lei (Lei n. 111, de 1º de outubro de 1894) substituindo o nome da cidade por Florianópolis, em homenagem ao Marechal Floriano Peixoto (“cidade de Floriano” é o que significa). Não é difícil imaginar, tendo em vista o nervo exposto – em virtude dos acontecimentos testemunhados –, o quanto essa decisão foi considerada controversa em diferentes meios locais, para não dizer ofensiva à memória dos que padeceram – e aos respectivos familiares – sob a polícia de Moreira César.

O tempo só faria se “acelerar” cada vez mais em Santa Catarina e na sua capital, adentrando-se o século XX e sucedendo-se as décadas. A inauguração, em maio de 1926, de comunicação terrestre entre a Ilha de Santa Catarina e o continente adjacente – a Ponte Hercílio Luz – representou um importante vetor, por facilitar e lubrificar interações inclusive de índole comercial, promovendo um setor – o comércio – que experimentou sensível progressão localmente. Mudanças em diferentes direções, em vários aspectos da vida estadual, foram, com efeito, tendo lugar cumulativamente e com maior rapidez. Entretanto, nunca mudou, permanecendo impávido até a atualidade, nesta aurora do século XXI, o resultado da homenagem ao Marechal Floriano Peixoto, levada a cabo a despeito do que a sociedade pudesse pensar e dizer nos estertores de um dos capítulos mais dramáticos da história catarinense.

Referências

ALMEIDA, C. M. de. *Atlas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868. Disponível em <<https://vdocument.in/atlas-do-imperio-do-brasil.html>>. Acesso em 19 outubro de 2021.

ALMEIDA, M. A. de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, [1854] 2007.

ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.

BASTOS, J. M. *O comércio de múltiplas filiais em Florianópolis – SC*. Florianópolis: UFSC, 1997 (Dissertação de Mestrado em Geografia da Unesp).

BOITEUX, L. A. *Pequena história catharinense*. Florianópolis: Oficinas a Electricidade da “Imprensa Official”, 1920.

BOITEUX, L. A. A pesca da baleia. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, v. 3, p. 3-12, 1914.

BORGES, J. L. “Dos esquinas”. In: BORGES, J. L. *El idioma de los argentinos*. Buenos Aires: Ediciones Neperus, p. 50-52, 1928.

BRAUDEL, F. “História e ciências sociais: a longa duração”. In: BRAUDEL, F. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, p. 41-78, 1992.

BRITO, P. J. M. de. *Memoria politica sobre a Capitania de Santa Catharina*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1829.

CABRAL, O. R. *História de Santa Catarina*. Florianópolis: Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina, 1968.

CABRAL, O. R. A Independência e a Capitania de Santa Catarina. *ÁGORA: Arquivologia em Debate*, v. 11, n. 23, p. 13-23, 2011.

CABRAL, O. R. *Nossa Senhora do Desterro – Notícia I*. Florianópolis: Oficinas Gráficas da Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina, 1971.

CABRAL, O. R. *Nossa Senhora do Desterro – Notícia II*. Florianópolis: Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina, 1972.

COELHO, M. J. d’A. *Memoria historica da Provincia de Santa Catharina*. 2.ed. Desterro: Typographia de J. J. Lopes, 1877. [1854].

CORRÊA, C. H. P. O governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil em Santa Catarina, 1893-1894. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 10, n. 2, p. 55-67, 1984.

CORRÊA, C. H. P. *História de Florianópolis – Ilustrada*. Florianópolis: Insular, 2004.

CUNHA, E. da. *Os sertões*. São Paulo: Ática, [1902] 2001.

DEBRET, J-B. *Vista da vila de Desterro a partir do hospital, 1827*. Paris: R. de Castro Maya, 1954, prancha 70. Disponível em <http://www.dezenovevinte.net/bios/bio_jbd_arquivos/jbd_1827_desterro.jpg>. Acesso em 27 dezembro de 2021.

DIAS, W. Florianópolis, ensaio de geografia urbana. *DEGC Boletim Geográfico*, n. 2, p. 1-73, 1947.

ELIAS, N. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ELLIS, M. Aspectos da pesca da baleia no Brasil colonial (III). *Revista de História*, v. 16, n. 34, p. 379-424, 1958.

ELLIS, M. Norte-americanos no Atlântico brasileiro – um inédito de José Bonifácio de Andrada e Silva sobre o conceito de mar territorial e o direito de pesca. *Revista de História*, v. 46, n. 94, p. 339-367, 1972.

GOULARTI FILHO, A. A construção da Estrada do Litoral: definindo e deslocando os caminhos do sul de Santa Catarina. *Revista Territórios & Fronteiras*, v. 6, n. 1, p. 145-167, 2013.

GOULARTI FILHO, A. Formação do sistema de comunicações em Santa Catarina: telefonia (1876-1927). *Passagens*, v. 10, n. 2, p. 274-300, 2018.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1993.

HÜBENER, L. M. *O comércio da cidade do Desterro no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1981.

ILHA de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos

XVIII e XIX. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1979.

LESSA, C. *O Rio de todos os Brasis*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

LUZ, N. V. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

MACHADO DE ASSIS, J. M. *Esau e Jacó*. São Paulo: Globo, [1904] 1997.

MACHADO DE ASSIS, J. M. *Memorial de Aires*. Porto Alegre: L&PM, [1908] 1998.

MAMIGONIAN, B. G.; BISSIGO, D. N. População de origem africana. In: ROCHA, I. de O. (Org.). *Atlas geográfico de Santa Catarina: população – fascículo 3*. Florianópolis: Editora da Universidade do Estado de Santa Catarina, 2018, p. 72-88.

NOVAIS, F. A. (1966). A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa no fim do século XVIII. *Revista de História*, n. 142-143, p. 213-237, 2000.

PAIVA, A. J. G. d'O e. *Noticia geral da Provincia de Santa Catharina*. Desterro: Typographia da Regeneração, 1873.

PESAVENTO, S. J. *Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

PESAVENTO, S. J. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem à Provincia de Santa Catharina (1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1851] 1936.

SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SENNET, R. *Construir e habitar: ética para uma cidade aberta*. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SILVA, A. da. *A Ilha de Santa Catarina e sua terra firme: estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807)*. São Paulo: USP, 2008 (Tese de Doutorado em História da USP).

SILVA, M. C. da. A telegrafia elétrica no Brasil Império – ciência e política na expansão da comunicação. *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 4, n. 1, p. 49-65, 2011.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). *Mana*, v. 11, n. 2, p. 577-591, 2005.

S. THIAGO, R. *Fourier: utopia e esperança na Península do Saí*. Blumenau: Editora da FURB; Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

VÁRZEA, V. *Santa Catarina – A Ilha*. Florianópolis: Lunardelli, 1900, 1985.

VEIGA, E. V. da. *Florianópolis: memória urbana*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2008.

Fontes primárias

DISCURSO pronunciado na abertura da Assembleia Legislativa da Província de Santa Catharina na 1ª Sessão Ordinária da 2ª Legislatura de 1838 pelo respectivo Presidente o Brigadeiro João Carlos Pardal, Cidade do Desterro em o 1º de março de 1838. Desterro: Typographia Provincial, 1838. Disponível em <<http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=3&s=0&cv=0&r=0&xywh=-439%2C-147%2C2933%2C2069>>. Acesso em 21 outubro de 2021.

DISCURSO pronunciado pelo presidente da Província de Santa Catharina, o Marechal de Campo Francisco Joze de Souza Soares d'Andrea, na sessão ordinária do anno de 1840 aberta no primeiro dia do mez de março. Disponível em <<http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=5&s=0&cv=0&r=0&xywh=225%2C-402%2C2549%2C1798>>. Acesso em 21 outubro de 2019.

EXPOSIÇÃO com que ao Exm. Sr. Doutor Joaquim Augusto do Livra-

mento, 3º Vice-Presidente, passou a administração da província o Exmo. Sr. Doutor Ernesto Francisco de Lima Santos, em 30 de Junho de 1882. Desterro: Gabinete-typographico, 1885. Disponível em <<http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=78&s=0&cv=1&r=0&xywh=180%2C1538%2C898%2C1351>>. Acesso em 22 dezembro de 2021.

FALLA do Presidente da Província de Santa Catarina em 1º de março de 1835. Feliciano Nunes Pires. Desterro: Typographia Provincial, 1835. Disponível em <<http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=269%2C258%2C1404%2C1326>>. Acesso em 15 abril de 2021.

FALLA do ilustríssimo e excelentíssimo senhor José Joaquim Machado de Oliveira, presidente da Província de Santa Catarina na abertura da terceira sessão da primeira legislatura provincial no primeiro de março de 1837, décimo sexto da independência e do império. Cidade do Desterro: Typographia Provincial, 1837. Disponível em <<http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=2&s=0&cv=0&r=0&xywh=-446%2C-1330%2C2951%2C4438>>. Acesso em 15 abril de 2021.

FALLA que o Presidente da Província de Santa Catarina, o Brigadeiro Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigiu à Assembleia Legislativa da mesma província na abertura da sua sessão ordinária no 1º de Março de 1841. Desterro: Typographia Provincial, 1841. Disponível em <<http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=7&s=0&cv=1&r=0&xywh=120%2C1867%2C1680%2C1586>>. Acesso em 17 abril de 2021.

FALLA que o presidente da província de Santa Catharina, o marechal de campo Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigio à Assembléa Legislativa da mesma província na abertura da sua sessão ordinária, e o 1º de março de 1844. Desterro: Typographia Provincial, 1844. Disponível em <<http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=10&s=0&cv=0&r=0&xywh=-917%2C392%2C3655%2C2578>>. Acesso em 21 outubro de 2021.

FALLA dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina em 25 de Março de 1874 pelo Exmo. Sr. Presidente da Provincia Dr. João Thomé da Silva. Cidade do Desterro: Typ. de J. J. Lopes, 1874.

Disponível em <<http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=62&s=0&cv=1&r=0&xywh=127%2C1629%2C983%2C1478>>. Acesso em 22 de dezembro de 2021.

FALLA dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina em 21 de março de 1875 pelo Exmo. Sr. Presidente da Provincia, Dr. João Thomé da Silva. Cidade do Desterro: Typographia de J. J. Lopes, 1875. Disponível em <<http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=63&s=0&cv=88&r=0&xywh=-141%2C-13%2C1878%2C1325>>. Acesso em 12 março de 1875.

FALLA com que o Exmo. Sñr. Doutor João Rodrigues Chaves abriu a segunda Sessão da vigésima segunda Legislatura da Assembléa Provincial de Santa Catharina em 2 de Fevereiro de 1881. Cidade do Desterro: Typographia e Lith de Alex Margarida, 1881. Disponível em <<http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=75&s=0&cv=1&r=0&xywh=357%2C1275%2C986%2C1483>>. Acesso em 22 dezembro de 2021.

MENSAGEM do Coronel Gustavo Richard, Vice-Governador do Estado de Santa Catharina, na abertura do primeiro Congresso Legislativo a 29 de Setembro de 1891. Desterro: Typographia do Jornal do Commercio, 1891. Disponível em <<http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=95&s=0&cv=9&r=0&xywh=8%2C1138%2C2357%2C1662>>. Acesso em 14 fevereiro de 2022.

PROVINCIAL Presidential Reports: Santa Catarina. Center for Research Libraries, Global Resources Network. Chicago: The University of Chicago, 2022. Disponível em <<http://ddsnext.crl.edu/titles/189#>>. Acesso em 22 dezembro de 2022.

RELATORIO do Presidente da Provincia de Santa Catharina, Jose Mariano de Albuquerque Cavalcante, na abertura da 2ª sessão da 1ª Legislatura Provincial em 5 de abril de 1836. Cidade do Desterro: Typographia Provincial, 1836. Disponível em <<http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=1&s=0&cv=11&r=0&xywh=71%2C59%2C1716%2C1211>>. Acesso em 21 outubro de 2021.

RELATORIO do presidente da Provincia de Santa Catharina, João José Coutinho, em 19 de abril de 1854. Cidade do Desterro: Typographia Catharinense, 1854. Disponível em <<http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=23&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1%2C-85%2C1680%2C2526>>. Acesso em 29 novembro de 2021.

RELATORIO apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina na sua sessão ordinária pelo Presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda no anno de 1867. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867. Disponível em <<http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=41&s=0&cv=53&r=0&xywh=-77%2C1351%2C2267%2C1599>>. Acesso em 11 março de 2022.

RELATORIO apresentado à Assembléa Legislativa da Provincia de Santa Catharina na 1ª sessão de sua 26ª Legislatura pelo Presidente Dr. Francisco José da Rocha em 21 de Julho de 1886. Desterro: Typographia do Conservador, 1886. Disponível em <<http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=88&s=0&cv=207&r=0&xywh=-639%2C966%2C2764%2C1949>>. Acesso em 12 março de 2022.

RELATORIO com que o Exm. Sr. Coronel Dr. Augusto Fausto de Souza abriu a 1ª Sessão da 27ª Legislatura da Assembléa Provincial em 1º de Setembro de 1888. Desterro: Typographia do Conservador, 1888a. Disponível em <<http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=90&s=0&cv=1&r=0&xywh=-69%2C229%2C1769%2C2661>>. Acesso em 22 dezembro de 2021.

RELATORIO com que ao Exmo. Sr. Coronel Augusto Fausto de Souza, Presidente da Provincia de Santa Catharina, passou a administração da mesma provincia o Dr. Francisco José da Rocha em 20 de maio de 1888. Desterro: Typographia do Conservador, 1888b. Disponível em <<http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=91&s=0&cv=1&r=0&xywh=-290%2C1117%2C2240%2C1580>>. Acesso em 22 dezembro de 2021.

RELATORIO com que ao Exm. Sr. Dr. José Ferreira de Mello passou a administração da Provincia de Santa Catharina o Doutor Coronel Au-

gusto Fausto de Souza, em 18 de Fevereiro de 1889, e Officio com que ao Exm. Sr. Conego Joaquim Eloy de Medeiros passou a administração da mesma Provincia o Dr. José Ferreira de Mello, em 6 de Março de 1889. Desterro: Typographia do Conservador, 1889. Disponível em <<http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=92&s=0&cv=1&r=0&xywh=-83%2C-1%2C1749%2C2632>>. Acesso em 22 dezembro de 2021.